



FÓRUM NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO FONAS 2025

Painel 1 – Quadro Legal e Institucional do Sector ASH

Mônica Cypriano

Conclusões temáticas

Temas de Debate

1. Planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos
2. Qualidade da Água
3. Património dos Sistemas de Abastecimento e Sanemaento de Águas Residuais

Planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos

Quadro legal e institucional

- ✓ Revisão da legislação em vigor de forma a adequá-la aos atuais desafios da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos.
- ✓ A criar ciclos de planeamento de bem definidos.
Um ciclo de planeamento dos recursos hídricos bem definido é essencial para garantir o uso sustentável da água, prevenir conflitos entre sectores e regiões, e assegurar segurança hídrica para as gerações atuais e futuras.
- ✓ Criar um regime jurídico específico de proteção das origens destinadas à captação de água para consumo humano.
- ✓ Proteção de fontes de água e de águas subterrâneas: definição de zonas de proteção e critérios técnicos para delimitação de perímetros de protecção de águas superficiais e subterrâneas.
- ✓ Rever limites entre lianças e concessões, e integrar o licenciamento dos recursos hídricos com o ambiente, criando uma estrutura que proporcione um licenciamento ambiental único;
- ✓ Distinguir o papel do Conselho Nacional das Águas (CNA) e do FONAS, definindo e articulando o objecto e o modelo de actuação de cada um.
- ✓ Revisão do Regime económico e financeiro (REF)

Monitorização

- ✓ Aprimorar os sistemas de monitorização da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos
- ✓ Implementar uma rede nacional de monitorização das águas subterrâneas, de forma assegurar a recolha sistemática de dados a a toada de decisão baseada em evidencia

Planeamento Integrado e resiliência Climáticas

- ✓ Incorporar de fomra transversal a resiliência climática no planeamento dos recursos hídricos;
- ✓ Estduo para incluire as águas costeiras no conceito de recursos hídricos.

Qualidade da Água

Conclusões

Mapear e certificar laboratórios

Investir na acreditação de laboratórios regionais (ISO/IEC 17025), Criar um laboratório de referência nacional e um programa de proficiência) — resolverá a limitação analítica.

Programas de monitorização e publicação de dados

Implementar um sistema nacional digital de reporte (base de dados pública por bacia/point-source) com dashboards para a fiscalização e para o público — isto aumenta transparência e pressão correctiva

Definir requisitos para contaminantes emergentes e pesticidas

Priorizar listas de pesticidas usados localmente e introduzir limiares para o mais crítico; monitorização focada em pesticidas e biocidas nas bacias agrícolas. **Incluir vigilância de fármacos e outros poluentes emergentes de acordo com risco.**

Conclusões

Classificação dos corpos de água com base no critério de uso e reuso de efluentes tratados com critérios microbiológicos e químicos diferenciados, **normativas para águas subterrâneas e água do mar como recurso hídrico.**

Legislação Para Controlo da Qualidade para Consumo HUmano

Elaborar um Regulamento de Qualidade da Água para Consumo Humano, transformando PCQA e PCO em Decreto Presidencial, com carácter evolutivo para adaptar EPAS e aprimorar instalações laboratoriais.

Estabelecer regulamento sobre águas balneares

Constituir a Comissão Técnica da Qualidade da Água e dinamiza-la

Património

Conclusões

Desenvolver regulamentação específica para a inclusão do privados no sector fortalecimento do serviço público, e avançar com uma legislação específica, moderna e adaptada à realidade do sector da águas em Angola. - **Lei de Serviços Públicos de Água e Saneamento**, com foco em:

- ✓ Regulação económica e social;
- ✓ Inclusão dos privados com responsabilidade ;
- ✓ Mecanismos de transparência e participação.

É fundamental **promover a revisão normativa integrada** entre os diversos diplomas legais (LPP, RAPASAR, EOMINEA/RIDNA, EO EPAS) para eliminar sobreposições e lacunas jurídicas.

Criação de um Agente para a gestão do Património

Iniciar o Processo de levantamento detalhados do património das epas afectos à abastecimento e saneamento de águas residuais.

Transversais

Conclusões

- ✓ Promover a coordenação interinstitucional entre ministérios, reguladores, operadores e parceiros.
- ✓ Coordenação, capacitação e transparência;
- ✓ Melhorar a comunicação institucional,
- ✓ Criação da bases de dados integradas;
- ✓ Definição clara dos papéis e responsabilidades
- ✓ Criação de mecanismos de coordenação interinstitucional

De recomendações à implementação: transformar o papel em ação

Objetivo

Assegurar a implementação efetiva dos planos, programas e projetos desenvolvidos, especialmente aqueles que revisaram o quadro legal e institucional do setor, integrando os resultados das mesas-redondas do FONAS, com ações concretas, impacto mensurável e mecanismos robustos de coordenação interinstitucional.

Todas as acções devem ser concretizadas tendo em conta os seguintes tópicos transversais:

- i) Adaptar todas as soluções ao contexto territorial, ambiental, social e económico do país.
- ii) Garantir uma visão de longo prazo sobre a sustentabilidade ambiental, financeira e de recursos humanos.
- iii) Aumentar a atractividade e a captação de jovens para o sector em parceria com instituições do ensino superior.

Proposta de Compromisso

Estratégia para a Modernização e Fortalecimento Legal e Institucional do Sector das Águas.

Angola encontra-se num momento estratégico para conceber uma **Estratégia Nacional para a Modernização e Fortalecimento Legal e Institucional do Sector das Águas**, com o objectivo de estabelecer, no futuro, um quadro jurídico e institucional robusto, coerente e adaptativo, capaz de garantir uma gestão eficiente, equitativa e sustentável dos recursos hídricos. Esta futura estratégia deverá reconhecer o **direito humano ao acesso à água potável e ao saneamento** como princípio orientador, assegurando que esse direito seja plenamente incorporado nos instrumentos legais, regulatórios e operacionais do setor

A estratégia proposta deverá promover a harmonização da legislação do sector, o fortalecimento das entidades gestoras e reguladoras, e a criação de condições jurídicas favoráveis à inovação, ao investimento e às parcerias estratégicas.

Este processo de formulação estratégica será orientado pelos compromissos assumidos por Angola no âmbito dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, em especial o **ODS 6**, que visa assegurar água e saneamento para todos; pela **Agenda 2063 da União Africana**, que reconhece a água como um vetor estratégico para o desenvolvimento inclusivo, a segurança alimentar e a resiliência climática; e pelos princípios da **parceria global Sanitation and Water for All (SWA)**, que promovem liderança política, fortalecimento institucional, financiamento sustentável e responsabilização mútua.

“Nada é mais difícil de executar, mais duvidoso de ter êxito ou mais perigoso de lidar do que dar início a uma nova ordem das coisas”.

“Maquiavel”

Mônica Cypriano

+351 938 525 781

+244 935 521 881

mcypriano@hotmail.com

**Obrigada pela vossa
atenção**



**INDEPENDÊNCIA
NACIONAL DE ANGOLA**
1975-2025